ADVOCACIA PARA O DIREITO CONSUMERISTA, IMOBILIÁRIO E AMBIENTAL

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Advocacia para o Direito Consumerista, Imobiliário e Ambiental foi idealizado, objetivando atender a uma enorme demanda existente na área do Direito Imobiliário, em tempos de mudanças econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil. Portanto, o curso visa proporcionar ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores. Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais ligados ao Direito e aos negócios imobiliários, ao direito do consumidor e ambiental, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas à Advocacia para o Direito Consumerista, Imobiliário e Ambiental, objetivando o desenvolvimento da Ciência Jurídica e da interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano nas áreas do Direito Consumerista, Imobiliário e Ambiental.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	**Introdução à Ciência do Direito**	**60**

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**60**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia

de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4775	**O Direito Consumerista e Sua Relação com o Direito Imobiliário**	**60**

APRESENTAÇÃO

Direito Consumerista e Sua Relação Com o Direito Imobiliário; O Direito Consumerista; Conceito de Consumidor; Princípios Adotados pelo CDC; Princípio da Transparência; Princípio da Equidade; Princípio da Boa-Fé Objetiva; Proteção Constitucional; A Inversão do Ônus da Prova; Incorporações Imobiliárias: Os Limites de Incidência do Código de Defesa do Consumidor; As Incorporações Imobiliárias; Conceito; O Contrato de Incorporação Imobiliária; Aspectos do Código de Defesa do Consumidor; Política Nacional da Relação de Consumo; A Abrangência do Código De Defesa do Consumidor; Os Limites de Incidência do CDC Sobre as Incorporações Imobiliárias; O Código de Defesa do Consumidor Como Lei Geral; O Código de Defesa do Consumidor Como Regulador da Relação Contratual; O Sistema Protetivo ao Adquirente; Da Necessária Harmonização; A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos Imobiliários; A Relação de Consumo; O Contrato de Consumo; Contratos Imobiliários e Aplicação do CDC; O Código de Defesa do Consumidor e o Direito Imobiliário: Reflexos da sua Aplicação aos Litígios Decorrentes dos Contratos Imobiliários; Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos Imobiliários; Defeitos Construtivos e os Prazos de Responsabilidade no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil; Ação de Resolução Contratual e Devolução de Parcelas Pagas; Ação Revisional de Compromisso de compra e venda de imóvel; Índices de Atualização Monetária; Revisão do preço do Imóvel; Quanto aos Juros Remuneratórios; Tabela Price; Aplicabilidade do CDC nos contratos de venda e compra de Imóvel; O Poder do CDC: Como uma relação de consumo pode invalidar a prática do código Civil até mesmo em uma Hipoteca; A Venda Casada sobre Contratos Imobiliários do Sistema Financeiro Habitacional; O Sistema Financeiro de Habitação e o Seguro Habitacional; A Venda Casada: Conceito e Evolução; A Vedação da Venda Casada no Código de Defesa do Consumidor (CDC); Efeitos Jurídicos da Venda Casada nos Imóveis Financiados; Julgados da Jurisprudência.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer o Direito Consumerista e Sua Relação Com o Direito Imobiliário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Definir Incorporações imobiliárias: os limites de incidência do código de defesa do consumidor;

• Identificar O código de defesa do consumidor como regulador da relação contratual;

• Memorizar A aplicação do código de defesa do consumidor aos contratos imobiliários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO CONSUMERISTA E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO IMOBILIÁRIO O DIREITO CONSUMERISTA CONCEITO DE CONSUMIDOR PRINCÍPIOS ADOTADOS PELO CDC PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA PRINCÍPIO DA EQUIDADE PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS: os limites de incidência do código de defesa do consumidor AS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS CONCEITO O CONTRATO DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA ASPECTOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR POLÍTICA NACIONAL DA RELAÇÃO DE CONSUMO A ABRANGÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR OS LIMITES DE INCIDÊNCIA DO CDC SOBRE AS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR COMO LEI GERAL O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR COMO REGULADOR DA RELAÇÃO CONTRATUAL O SISTEMA PROTETIVO AO ADQUIRENTE DA NECESSÁRIA HARMONIZAÇÃO A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS A RELAÇÃO DE CONSUMO O CONTRATO DE CONSUMO CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E APLICAÇÃO DO CDC O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O DIREITO IMOBILIÁRIO: reflexos da sua aplicação aos litígios decorrentes dos contratos imobiliários APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS DEFEITOS CONSTRUTIVOS E OS PRAZOS DE RESPONSABILIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CÓDIGO CIVIL AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE PARCELAS PAGAS AÇÃO REVISIONAL DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA REVISÃO DO PREÇO DO IMÓVEL QUANTO AOS JUROS REMUNERATÓRIOS TABELA PRICE APLICABILIDADE DO CDC NOS CONTRATOS DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL O PODER DO CDC: COMO UMA RELAÇÃO DE CONSUMO PODE INVALIDAR A PRÁTICA DO CÓDIGO CIVIL ATÉ MESMO EM UMA HIPOTECA A VENDA CASADA SOBRE CONTRATOS IMOBILIÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL O SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO E O SEGURO HABITACIONAL A VENDA CASADA: CONCEITO E EVOLUÇÃO A VEDAÇÃO DA VENDA CASADA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) EFEITOS JURÍDICOS DA VENDA CASADA NOS IMÓVEIS

FINANCIADOS JULGADOS DA JURISPRUDÊNCIA

REFERÊNCIA BÁSICA

ARRUDA ALVIM. Cláusulas Abusivas e seu controle no direito brasileiro, RDC 20/33. 2018.

BRASIL, Código de Defesa do Consumidor. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARPENA, Heloísa. Tutela unificada da concorrência e do consumidor no Brasil: a caminho de uma ética no mercado, in RF 388/116. 2016.

FARIAS, Talden. Princípios gerais do direito ambiental. Revista prim@ facie – ano 5, nº 9, jul./dez. 2016.

FARO, C. de. Elementos de Engenharia Econômica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017.

BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei n. 6.530 de 12 de maio de 1978. Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2019.

CARRIJO, Vinicius Antonio. A segurança jurídica documental nos negócios imobiliários de venda e compra: cautela e responsabilidade das partes. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5593, 24 out. 2018. Disponível em: . Acesso em: 2 abr. 2019.

LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do Corretor de Imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

PERIÓDICOS

FERNANDES, Eva Elaine de Oliveira Rezende. Loteamento x Condomínio (2017). Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2019.

507	Tópicos Especiais da Ciência do Direito	30

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor; Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho- Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4517	**O Direito Ambiental e a Política Nacional do Meio Ambiente**	**30**

APRESENTAÇÃO

O Direito Ambiental Penal e da Política Nacional do Meio Ambiental; O Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Como Direito Fundamental; Conceituando o Meio Ambiente; O Direito Ambiental Penal e a Política Nacional do Meio Ambiente; Objetivos da PNMA; Princípios do Programa Nacional do Meio Ambiente; Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente; Instrumentos da PNMA; Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); A Política Agrícola Ambiental; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Padrões de Qualidade Ambiental; Zoneamento Ambiental; Avaliação de Impactos Ambientais (A.I.A.); Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima); Demandas atuais sobre a PNMA; O Direito Penal e a Tutela do Meio Ambiente; A Tutela Constitucional do Meio Ambiente; O Fundamento Constitucional; Tutela administrativa; Poder de polícia ambiental; Tutela civil; Responsabilidade civil ambiental; Responsabilização da pessoa jurídica por danos ambientais; Tutela penal; A Licitação Ecológica na Perspectiva do Direito Reflexivo de Gunther Teubner; Legislação Penal Ambiental; O Direito Reparador; Valorização das Penas Alternativas; Preocupação e Princípios Norteadores da Composição e Reparação dos Danos ao Ambiente; Direito Ambiental Reparador; Os Reflexos da Composição do Dano Ambiental no Juízo Criminal; A Reparação do Dano; Medidas a serem aplicadas na Transação Penal; Sobre as Condições da Suspensão do Processo; Meios Processuais de Proteção Ambiental; Ação Penal Ambiental; Ações Cíveis; Ação Civil Pública; Ação Popular; Mandado de Segurança Coletivo; Meios Processuais de Proteção Ambiental; Inquérito e ação Civil Pública; Inquérito e Ação Penal Pública; Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo; Ação Popular Constitucional; Mandado de Segurança Coletivo; Mandado de Injunção; Ações Civis Tradicionais. Teoria e Temas Contemporâneos do Direito Ambiental; Princípios Bioéticos que Regem a Responsabilidade; Civil por Danos Ambientais; Teorias e Definições Básicas; Classificação do Meio Ambiente; Meio Ambiente Físico ou Natural; Meio Ambiente Artificial; Meio Ambiente Cultural; Meio Ambiente do Trabalho; O Direito Reflexivo e o Estado de Direito Ambiental; O Estado de Direito Ambiental; As Funções do Estado de Direito Ambiental; Democracia Ambiental e Cidadania Participativa; A Tutela Penal do Ambiente; Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e o Bem Jurídico Ambiental; Direitos ou Interesses; Interesses Difusos; Interesses Coletivos; Interesses Individuais Homogêneos; O Bem Ambiental como Interesse Difuso; Princípios de Direito Penal; Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal; Princípio da Intervenção Mínima; Princípio da Insignificância e o Direito Ambiental; Princípio do Ne Bis In Idem; A Norma Penal em Branco e o Direito Ambiental; Direito Penal Ambiental; O Meio Ambiente como bem Jurídico Autônomo; Do Bem Jurídico Tutelado; Fundamento da Tutela Penal Ambiental; Histórico Legislativo; A Lei de Crimes Ambientais; A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental.

OBJETIVO GERAL

• Descrever os principais instrumentos da política ambiental brasileira, fazendo menção aos principais pontos de discussão do tema.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Trabalhar junto à população na conscientização e divulgação de políticas educacionais com investimentos nos aspectos voltados para a sustentabilidade, mudança de hábitos de consumo e estilo de vida; • Desenvolver capacidade para opinar sobre a importância do Direito que objetiva a proteção do meio ambiente;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO AMBIENTAL PENAL E DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTAL O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL CONCEITUANDO O MEIO AMBIENTE O DIREITO AMBIENTAL PENAL E A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI 6.938/81). PRINCÍPIOS DO PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE INSTRUMENTOS DA PNMA CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) A POLÍTICA AGRÍCOLA AMBIENTAL INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL ZONEAMENTO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (A.I.A.) ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A PNMA O DIREITO PENAL E A TUTELA DO MEIO AMBIENTE A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL TUTELA ADMINISTRATIVA PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL TUTELA CIVIL RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL OBRIGAÇÃO AMBIENTAL PROPTER REM RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA POR DANOS AMBIENTAIS TUTELA PENAL TIPICIDADE BEM JURÍDICO PROTEGIDO ELEMENTO SUBJETIVO SUJEITO

ATIVO SANÇÕES PENAIS DIREITO E AMBIENTE: A LICITAÇÃO ECOLÓGICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO REFLEXIVO DE GUNTHER TEUBNER REVENDO A LEGISLAÇÃO PENAL AMBIENTAL O DIREITO REPARADOR VALORIZAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS PREOCUPAÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA COMPOSIÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE DIREITO AMBIENTAL REPARADOR: OUTROS OLHARES OS REFLEXOS DA COMPOSIÇÃO DO DANO AMBIENTAL NO JUÍZO CRIMINAL A REPARAÇÃO DO DANO MEDIDAS A SEREM APLICADAS NA TRANSAÇÃO PENAL SOBRE AS CONDIÇÕES DA SUSPENSÃO DO PROCESSO MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL AÇÃO PENAL AMBIENTAL AÇÕES CÍVEIS AÇÃO CIVIL PÚBLICA AÇÃO POPULAR MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL INQUÉRITO E AÇÃO CIVIL PÚBLICA INQUÉRITO E AÇÃO PENAL PÚBLICA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO MANDADO DE INJUNÇÃO AÇÕES CIVIS TRADICIONAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade, 472p., 2004. FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro, 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. ROSSI, A. A garantia da prestação de informações relativas ao ambiente como instrumento de gestão e de política ambiental no Brasil. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos. 147p. 2009. TOMIYAMA, S. Critérios para identi"cação dos princípios de direito ambiental. Tese (Doutorado). Direitos Difusos e Coletivos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 334p. 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SILVA, J. A. da. Direito ambiental constitucional. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. SIRVINSKAS, L. P.. Manual de direito ambiental. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. TEIXEIRA, O. P. B. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

PERIÓDICOS

SOUZA, A.R de. A efetividade das normas constitucionais programáticas. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, ano VI, n. 6, p. 9-44. 2005.

4773	Temas Fundamentais para o Direito Imobiliário	60

APRESENTAÇÃO

Temas Fundamentais para o Direito Imobiliário; O Direito Urbanístico e o Direito do Ordenamento Territorial; Matéria, Princípios e Autonomia do Direito Urbanístico; Direito do Ordenamento Territorial; Competências Constitucionais em Matéria de Direito Urbanístico e Direito do Ordenamento Territorial; A Gestão Pública Municipal e Legislação Urbana; Lei de Zoneamento; Lei de Parcelamento do Solo; Lei do Perímetro Urbano; Código de Posturas; Código de Obras; O Estatuto das Cidades; O Plano Diretor; O Direito de Propriedade; Fundamentos do Direito de Propriedade; Direitos de Domínio; O Direito à Habitação e da Habitação; Extinção do Direito de Habitação; A Proteção e a Perda da Propriedade; A Ação Reivindicatória; A Ação Demarcatória; A Perda da Propriedade; Da Perda da Propriedade Por Alienação; Da Perda da Propriedade Por Renúncia; Da Perda da Propriedade Por Abandono; Da Perda da Propriedade Por Perecimento; Da Perda da Propriedade Por Desapropriação; Outras Formas de Perda da Propriedade; Da Arrematação; Da Adjudicação; Da Propriedade Resolúvel; Do Confisco; Da Requisição.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os temas fundamentais para o direito imobiliário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito Urbanístico;

• Investigar, conceituar e definir, a História e as Fontes do Direito de propriedade;

• Diferenciar as fontes do Direito e a aplicação do direito do ordenamento territorial;

• Compreender, refletir e discutir sobre o direito de habitação e da propriedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMAS FUNDAMENTAIS PARA O DIREITO IMOBILIÁRIO; O DIREITO URBANÍSTICO E O DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; MATÉRIA, PRINCÍPIOS E AUTONOMIA DO DIREITO URBANÍSTICO; DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITO URBANÍSTICO E DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO URBANA; LEI DE ZONEAMENTO; LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO; LEI DO PERÍMETRO URBANO; CÓDIGO DE POSTURAS; CÓDIGO DE OBRAS; O ESTATUTO DAS CIDADES; O PLANO DIRETOR; O DIREITO DE PROPRIEDADE; FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE; DIREITOS DE DOMÍNIO; O DIREITO À HABITAÇÃO E DA HABITAÇÃO; EXTINÇÃO DO DIREITO DE HABITAÇÃO; A PROTEÇÃO E A PERDA DA PROPRIEDADE; A AÇÃO REIVINDICATÓRIA; A AÇÃO DEMARCATÓRIA; A PERDA DA PROPRIEDADE; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR ALIENAÇÃO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR RENÚNCIA; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR ABANDONO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR PERECIMENTO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR DESAPROPRIAÇÃO; OUTRAS FORMAS DE PERDA DA PROPRIEDADE; DA ARREMATAÇÃO; DA ADJUDICAÇÃO; DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL; DO CONFISCO; DA REQUISIÇÃO.

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ALMEIDA, Washington Carlos de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2019. BRASIL. Ministério Público Federal, Secretaria de Cooperação Internacional. Tratados de direitos humanos: Sistema internacional de proteção aos direitos humanos, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, vol. I, Brasília, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2015. PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. 3 ed. São Paulo: RT, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2017.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2016.

BERCOVICI, Gilberto Comentários à Constituição Federal de 1988. coord. Paulo Bonavides, Jorge Miranda, Walber de Moura Agra. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Atlas, 2018. FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOUREIRO, José Eduardo. Alienação fiduciária de coisa imóvel. Revista do Advogado, São Paulo, n. 63, p. 86-95, jun. 2015. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. VIANA, Marco Aurélio S. Direito das Coisas. São Paulo: Aquarela, 2017.

PERIÓDICOS

COÊLHO, Bruna Fernandes. Comentários acerca da desapropriação. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2019.

4777	Tópicos Especiais em Negócios Jurídicos e em Direito Imobiliário	30

APRESENTAÇÃO

Tópicos Especiais em Negócios Jurídicos e em Direito Imobiliário; Princípios dos Negócios Jurídicos; Autonomia da Vontade; “Pacta Sunt Servanda”; Boa Fé Objetiva; Planos de análise dos Negócios Jurídicos; Plano da Existência; Plano da Validade; Plano da Eficácia; O Direito Imobiliário e suas Alterações com o Novo CPC no Brasil; Conceitos e Considerações acerca do Direito Imobiliário; R?gistro de Imóv?is no Novo CPC/2015; Fr?ude à execução e o princípio à Concentração: Lei 13.097/2015, Artigo 54 e o Novo CPC/2015, Artigo 792; O Novo CPC e as Repercussões nas Atividades Notariais e Registrais; Aplicação no Processo Administrativo; Contagem de Prazo; Competência; Capacidade Processual do Direito de Família; Fraude à Execução e o Princípio da Concentração; Averbação Premonitória; Hipoteca Judiciária; Gratuidade dos Emolumentos; Protesto de Título Executivo Judicial; Constituição de Renda; Penhor Legal; Ata Notarial como meio de Prova; Usucapião Extrajudicial; Ata Notarial; Planta e Memorial Descritivo; Hipóteses de Imóvel com ou sem registro de Propriedade; Existência de titularidade de direitos sobre imóveis confinantes; Certidões Negativas; Justo Título e outros documentos comprobatórios da Posse; Notificações aos titulares de Direitos; Ciência aos entes públicos; Publicação de Edital; Realização de Diligências; Registro da Usucapião e Abertura de Matrícula; Possibilidade de Suscitação de Dúvida Registral; Rejeição do Pedido; Possibilidade de ajuizamento de ação de usucapião; Remessa dos autos ao juízo Competente; Segurança Jurídica e Confiabilidade dos Serviços Delegados; Problemas com Airbnb? Breve Análise da Questão do Ponto de vista do consumidor; A Locação de lojas nos Shoppings Centers, Suas Particularidades e o Despejo; Da Natureza Jurídica do Contrato de Locação em Shoppings Centers; Da Ação de Desocupação da Locação Em Shoppings Centers; A Multipropriedade no Direito Agrário - Lei 13.777/2018; Novas perspectivas na exploração do Imóvel Rural; Incorporação Imobiliária Sujeita ao Patrimônio de Afetação: Tratamento Tributário na Permuta de Imóveis; Imposto de Renda sobre Compra de Imóveis; Na Alienação de bens imóveis de pessoa jurídica; Multipropriedade ou Time-Sharing: Primeiras Impressões; Propriedade; Condomínio Geral; Condomínio Edilício; Condomínio em Multipropriedade; Dos Direitos e das obrigações do multiproprietário; Da Administração da multipropriedade; outras disposições importantes; Do Registro e abertura de Matrículas; Pode O Locador Pedir a Desocupação do Imóvel Durante a Locação?; Conceito de Locação e Requisitos do Contrato; Locação Não Residencial; Regra Geral que Impossibilita o Locador em Reaver o imóvel locado durante o prazo do Contrato; Contrato de Locação Celebrado por escrito, por qualquer prazo, ainda em Vigência; Contrato de locação celebrado escrito, por prazo igual ou superior a trinta meses, que se encontra prorrogado por prazo indeterminado; Contrato de locação celebrado verbalmente ou por escrito, por prazo inicial inferior a trinta meses, encontrando-se prorrogado prazo Indeterminado; Sale And Leaseback.

OBJETIVO GERAL

Compreender a Introdução aos estudos acerca dos tópicos especiais em negócios jurídicos e em direito imobiliário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conceituar o direito imobiliário e suas alterações com o novo CPC no Brasil;

• Definir conceitos e considerações acerca do direito imobiliário;

• Interpretar o novo CPC e as repercussões nas atividades notariais e registrais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DOS TÓPICOS ESPECIAIS EM NEGÓCIOS JURÍDICOS E EM DIREITO IMOBILIÁRIO PRÍNCIPIOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS AUTONOMIA DA VONTADE “PACTA SUNT SERVANDA” BOA FÉ OBJETIVA PLANOS DE ANÁLISE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PLANO DA EXISTÊNCIA PLANO DA VALIDADE PLANO DA EFICÁCIA O DIREITO IMOBILIÁRIO E SUAS ALTERAÇÕES COM O NOVO CPC NO BRASIL CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO IMOBILIÁRIO R?GISTRO DE IMÓV?IS NO NOVO CPC/2015 FR?UDE À EXECUÇÃO E O PRINCÍPIO À CONCENTRAÇÃO: LEI 13.097/2015, ARTIGO 54 E O NOVO CPC/2015, ARTIGO 792 O NOVO CPC E AS REPERCUSSÕES NAS ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS APLICAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTAGEM DE PRAZO COMPETÊNCIA CAPACIDADE PROCESSUAL E DIREITO DE FAMÍLIA FRAUDE À EXECUÇÃO E O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA HIPOTECA JUDICIÁRIA GRATUIDADE DOS EMOLUMENTOS PROTESTO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL CONSTITUIÇÃO DE RENDA PENHOR LEGAL ATA NOTARIAL COMO MEIO DE PROVA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ATA NOTARIAL PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO HIPÓTESES DE IMÓVEL COM OU SEM REGISTRO DE PROPRIEDADE EXISTÊNCIA DE TITULARIDADE DE DIREITOS SOBRE IMÓVEIS CONFINANTES CERTIDÕES NEGATIVAS JUSTO TÍTULO E OUTROS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA POSSE NOTIFICAÇÕES AOS TITULARES DE DIREITOS CIÊNCIA AOS ENTES PÚBLICOS PUBLICAÇÃO DE EDITAL REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS REGISTRO DA USUCAPIÃO E ABERTURA DE MATRÍCULA POSSIBILIDADE DE SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA REGISTRAL REJEIÇÃO DO PEDIDO POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE USUCAPIÃO REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE SEGURANÇA JURÍDICA E CONFIABILIDADE DOS SERVIÇOS DELEGADOS PROBLEMAS COM AIRBNB? BREVE ANÁLISE DA QUESTÃO DO PONTO DE VISTA DO CONSUMIDOR A LOCAÇÃO DE LOJAS NOS SHOPPINGS CENTERS, SUAS PARTICULARIDADES E O DESPEJO DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO EM SHOPPINGS CENTERS DA AÇÃO DE DESOCUPAÇÃO DA LOCAÇÃO EM SHOPPINGS CENTERS A MULTIPROPRIEDADE NO DIREITO AGRÁRIO - LEI 13.777/2018 NOVAS PERSPECTIVAS NA EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL RURAL INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA SUJEITA AO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: tratamento tributário na permuta de imóveis. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPRA DE IMÓVEIS NA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PESSOA JURÍDICA MULTIPROPRIEDADE OU TIME-SHARING: PRIMEIRAS IMPRESSÕES PROPRIEDADE CONDOMÍNIO GERAL CONDOMÍNIO EDILÍCIO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO MULTIPROPRIETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE OUTRAS DISPOSIÇÕES IMPORTANTES DO REGISTRO E ABERTURA DE MATRÍCULAS PODE O LOCADOR PEDIR A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL DURANTE A LOCAÇÃO CONCEITO DE LOCAÇÃO E REQUISITOS DO CONTRATO LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL REGRA GERAL QUE IMPOSSIBILITA O LOCADOR EM REAVER O IMÓVEL LOCADO DURANTE O PRAZO DO CONTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO POR ESCRITO, POR QUALQUER PRAZO, AINDA EM VIGÊNCIA. CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO ESCRITO, POR PRAZO IGUAL OU SUPERIOR A TRINTA MESES, QUE SE ENCONTRA PRORROGADO POR PRAZO INDETERMINADO CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO VERBALMENTE OU POR ESCRITO, POR PRAZO INICIAL INFERIOR A TRINTA MESES, ENCONTRANDO-SE PRORROGADO PRAZO INDETERMINADO SALE AND LEASEBACK

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 26 dez. 2018. BRASIL. Lei número 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em:Acesso em: 27 dez. 2018. BRASIL. Lei número 13.777 de 20 de dezembro de 2018. Altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. Disponível em: . Acesso em 23 dez. 2018. BUZAID, Alfredo. Estudo sobre Shopping Center inserto na obra Shopping Centers. Questões Jurídicas. Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2018. CACHEIRO, Wanessa Carolina Marques. Você sabe o que é multipropriedade ou time-sharing? 2017. Disponível em: . Acesso em: 22 dez. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AM?RAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do Novo CPC. São P?ulo: Thompson Reuters. Revista dos Tribun?is, 2015. BASILIO, João Augusto. Shopping Centers. Rio de Janeiro: Renovar, 2016. CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4 ed. São Paulo: Forense, 2015. DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 9 ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Saraiva, 2013. FERREIRA, Fernanda Maria. Fundos de Investimento Imobiliário- Governança Corporativa. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

PERIÓDICOS

DANTAS, Thiago Pereira. Direito imobiliário e suas alterações com o novo CPC no brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 11, Vol. 02, pp. 116- 132 novembro de 2018. ISSN: 2448-0959. Disponível em: Acesso em: 7 abr. 2019.

127	Direito e Legislação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Política e Legislação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Meios administrativos vos e judiciais de proteção ambiental. Legislação específica: unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA. Impacto, dano, culpa, responsabilidade e indenização. Áreas de preservação.

OBJETIVO GERAL

• Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer as principais diretrizes internacionais de meio ambiente; • Posicionar-se sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual; • Argumentar a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA COMPETÊNCIA DO CONAMA CONDIÇÕES ATENUANTES E AGRAVANTES INSTRUMENTOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DIREITO DE PETIÇÃO DIREITO DE CERTIDÃO LICENÇAS AMBIENTAIS LICENÇA PRÉVIA - LP EIA/RIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE VANTAGENS DA AIA INCERTEZAS DA AIA CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO E DEFINIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS MÉTODOS APLICÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE AIA MÉTODOS "AD HOC" OU ESPONTÂNEOS CHECK LIST OU LISTAGEM DE CONTROLE MATRIZES SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS DIAGRAMAS / REDES DE INTERAÇÃO MODELOS DE PREDIÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL (ISO 14.000) ISO 14.000 - GESTÃO AMBIENTAL SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - SGA AUDITORIA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL ROTULAGEM AMBIENTAL ANÁLISE DO CICLO DE VIDA ASPECTOS AMBIENTAIS DE NORMAS DE PRODUTOS ECOPRODUTOS E O CONSUMIDOR ‘VERDE’ AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Carpena. A reparação de dano decorrente do crime. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha, (2002). Instituições de Direito Ambiental. Vol. I. São Paulo: Max Limonad. ROMERÓ, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 4 ED. São Paulo: Malheiros,2003 _____, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros,2004. WAINER, Ann Helen. (1999). Legislação ambiental brasileira: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS

GRECO, Leonardo. (2006). A Busca da Verdade e a Paridade de Armas na Jurisdição Administrativa - Revista CEJ, Brasília, n. 35, p. 20-27, out./dez.

566	Legislação Imobiliária e Direito do Consumidor	60

APRESENTAÇÃO

Legislação Imobiliária; O Consumo da Habitação e a Legislação; Legislação Referente a Profissão de Corretores de Imóveis; Legislação Relacionada ao Mercado Imobiliário; Legislação Relativa ao Crédito Imobiliário; Direito Imobiliário: Conceitos, Diretrizes, Princípios e Características; Conceitos de Posse, Detenção e Propriedade; A Evolução do Mercado Imobiliário e o Patrimônio de Afetação; Os Direitos do Consumidor nas Relações Imobiliárias: O Código de Defesa do Consumidor e sua Aplicação no Direito Imobiliário; A Importância Do CDC nas Relações de Consumo; Princípios do Direito do Consumidor; Princípios da Transparência, Confiança e Equidade; Práticas Comerciais Reguladas Pelo CDC; Contratos e Responsabilidades; Órgãos Fiscalizadores; Conceitos E Termos Jurídicos em Transações Imobiliárias.

OBJETIVO GERAL

• Saber a importância da Legislação Imobiliária e Direito do Consumidor.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer o Direito Imobiliário: Conceitos, Diretrizes, Princípios e Características; Conceitos de Posse, Detenção e Propriedade; • Diferenciar a Evolução do Mercado Imobiliário e o Patrimônio de Afetação; • Identificar Conceitos e Termos Jurídicos em Transações Imobiliárias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO IMOBILIÁRIA O CONSUMO DA HABITAÇÃO E A LEGISLAÇÃO LEGISLAÇÃO REFERENTE À PROFISSÃO DE CORRETORES DE IMÓVEIS LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO MERCADO IMOBILIÁRIO LEGISLAÇÃO RELATIVA AO CRÉDITO IMOBILIÁRIO DIREITO IMOBILIÁRIO: CONCEITOS, DIRETRIZES, PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS CONCEITOS, DIRETRIZES E PRINCÍPIOS BÁSICOS CONCEITOS DE POSSE, DETENÇÃO E PROPRIEDADE A EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E O PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO OS DIREITOS DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES IMOBILIÁRIAS: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO IMOBILIÁRIO A IMPORTÂNCIA DO CDC NAS RELAÇÕES DE CONSUMO PRINCÍPIOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, CONFIANÇA E EQUIDADE PRÁTICAS COMERCIAIS REGULADAS PELO CDC CONTRATOS E RESPONSABILIDADES. ÓRGÃOS FISCALIZADORES CONCEITOS E TERMOS JURÍDICOS

EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS.

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. Teoria Geral do Direito do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis, Vozes, 2010. BALDEZ, M. Solo urbano, reforma urbana, propostas para a Constituinte. Rio de Janeiro, Fase, 2013. CARVALHO, E. G. O negócio da terra. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011. DEMO, P. "Pobreza política". Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 2012. DENALDI, R. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. São Paulo, Tese de Doutorado, FAU-USP, 2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Ronaldo Alves de. Curso de Direito do Consumidor. Barueri: Manole, 2006. BARRETO, Tainah Ramos. Incorporação imobiliária e o código de defesa do consumidor: a responsabilidade do fornecedor pelo vício e fato do produto. Brasília: UniCEUB, 2012. BENJAMIM, Antônio Herman de Vasconcellos. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2009. SANTANA, Héctor Valverde. In: MAQUES, Claudia Lima. Dano moral no direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PERIÓDICOS

NONES, Nelson. Direito de propriedade e função social: evolução histórico-jurídica. Revista Jurídica. V. 13, n. 25, 2009.

4778	O Direito Aplicado aos Negócios Imobiliários	60

APRESENTAÇÃO

O Direito Aplicado aos Negócios Imobiliários; A Segurança Jurídica Documental nos Negócios Imobiliários de Venda e Compra: Cautela e Responsabilidade das Partes; A Segurança Jurídica dos Negócios; A Segurança Jurídica nos Negócios Imobiliários; A Boa-Fé dos Negócios Imobiliários; A Cautela nos Negócios Imobiliários; O Terceiro de Boa-Fé nos Negócios Imobiliários; A Cautela Extra nos Negócios Imobiliários; A Nova Lei da Concentração das Pendências na Matrícula do Imóvel; A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor Aos Contratos Imobiliários; A Relação de Consumo; O Contrato de Consumo; Contratos Imobiliários e Aplicação do CDC; O Direito no uso da Análise de Investimentos em Incorporações Imobiliárias; Características do Produto Imobiliário; Estratégia e Geração de Valor; Métodos de Avaliação de Projetos; Métodos Tradicionais que Desconsideram o Valor do Dinheiro no Tempo; Métodos Tradicionais que Consideram o Valor do Dinheiro no Tempo; Outros Métodos de Avaliação de Projetos; Resultados de Alguns Levantamentos (Surveys); Resultados da Pesquisa; Negócios Imobiliários: Loteamentos, Condomínios Fechados e Shopping Centers; Definição e Conceitos Epistemológicos; Condomínios; Loteamento e Condomínio Fechado; Empreendimentos para Baixa Renda; Shopping Centers; Empreendimentos Hoteleiros; Investidores Imobiliários e Hoteleiros; Planejamento de um Empreendimento Hoteleiro; Como a Tecnologia Gera Novos Negócios Imobiliários?; Tipos de Tecnologias para Negócios Imobiliários; Geolocalização; Menos Telefone mais Aplicativos de Mensagens; Plataformas Digitais.

OBJETIVO GERAL

Especializar em direito aplicado aos negócios imobiliários.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do direito aplicado aos negócios imobiliários;

• Investigar, conceituar e definir, a segurança jurídica documental nos negócios imobiliários de venda e compra: cautela e responsabilidade das partes;

• Analisar as fontes do Direito e a aplicação do direito no uso da análise de investimentos em incorporações imobiliárias; características do produto imobiliário; estratégia e geração de valor;

• Compreender, refletir e discutir sobre a aplicação do código de defesa do consumidor aos contratos imobiliários; a relação de consumo; o contrato de consumo; contratos imobiliários e aplicação do CDC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO APLICADO AOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A SEGURANÇA JURÍDICA DOCUMENTAL NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS DE VENDA E COMPRA: cautela e responsabilidade das partes A SEGURANÇA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS A SEGURANÇA JURÍDICA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A BOA-FÉ DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A CAUTELA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS O TERCEIRO DE BOA-FÉ NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A CAUTELA EXTRA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A NOVA LEI DA CONCENTRAÇÃO DAS PENDÊNCIAS NA MATRÍCULA DO IMÓVEL A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS A RELAÇÃO DE CONSUMO O CONTRATO DE CONSUMO. CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E APLICAÇÃO DO CDC O USO DA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS OBJETIVO DA PESQUISA CLASSIFICAÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA METODOLOGIA DA PESQUISA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO IMOBILIÁRIO ESTRATÉGIA E GERAÇÃO DE VALOR MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS RESULTADOS DA PESQUISA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS: loteamentos, condomínios fechados e shopping centers DEFINIÇÃO E CONCEITO EPISTEMOLÓGICO CONDOMÍNIOS LOTEAMENTO E CONDOMÍNIO FECHADO EMPREENDIMENTOS PARA BAIXA RENDA SHOPPING CENTERS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS INVESTIDORES IMOBILIÁRIOS E HOTELEIROS PLANEJAMENTO DE UM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS TECNOLOGIAS E A GERAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS TENDÊNCIAS DE TECNOLOGIAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO GEOLOCALIZAÇÃO MENOS TELEFONE MAIS APLICATIVOS DE MENSAGENS PLATAFORMAS DIGITAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017. BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo: Saraiva, 2015. CARRIJO, Vinicius Antonio. A segurança jurídica documental nos negócios imobiliários de venda e compra: cautela e responsabilidade das partes. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5593, 24 out. 2018. Disponível em: . Acesso em: 2 abr. 2019. LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do Corretor de Imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012. ROSALMEIDA, Natalia de. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos imobiliários. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4641, 16 mar. 2016. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019. SEBRAE-SP. Comece certo: imobiliária. São Paulo: SEBRAE, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Washington Carlos de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ANGELIS NETO, Paschoal de; RODRIGUES, Rodrigo Felix. Princípios do Direito Registral Imobiliário Brasileiro (2008). Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019. ANTUNES, Luciana Rodrigues. Introdução ao Direito Notarial e Registral. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 691, 27 maio2005. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019. ARRUDA ALVIM. Cláusulas Abusivas e seu controle no direito brasileiro, RDC 20/33. 2018. BÉO, Cintia Regina. Contratos. São Paulo: Harbra, 2014. BESBATI, Marlon. Responsabilidade civil do corretor de imóveis. Itajaí: Univali, 2018. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019.

PERIÓDICOS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05.10.1988. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos Bacharéis em Direito, Advogados, Procuradores, membros do Ministério Público, Magistrados, servidores públicos e profissionais que exerçam atividade relacionada à Advocacia para o Direito Consumerista, Imobiliário e Ambiental.